

Relatório facilitará acordo com o Clube

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relatório que o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai aprovar na próxima quarta-feira, contendo uma avaliação positiva da estratégia de ajuste da economia do Plano Bresser, servirá para ratificar o acordo de reescalonamento antecipado da dívida junto ao Clube de Paris, vencida até julho deste ano, e aprovado em janeiro. Dificilmente, porém, servirá de base para a formalização de um novo ajuste envolvendo os débitos vencidos no segundo semestre.

Para a apreciação dessa fase das negociações, o Clube de Paris está exigindo não só a formalização de um acordo **stand by** com o FMI, como o início das negociações com os bancos privados e a constatação de que esses entendimentos estão progredindo e não caminham para um impasse.

POSIÇÃO DOS EUA

Técnicos da área econômica do governo afirmam que, hoje, não existe a atitude cooperativa demonstrada pelos Estados Unidos quando das negociações de janeiro. Naquela ocasião, o impasse foi superado pela interferência pessoal do secretário do Tesouro, James Baker, que conseguiu convencer os credores oficiais, especialmente os ingleses e os alemães, de que deveriam concordar em fechar o acordo, mediante o compromisso de que sua ratificação somente se faria após um "sinal verde" do FMI.

Ficou estabelecido que o Fundo emitiria, até 15 de julho, um relatório sobre o programa econômico. Como ele não ficou pronto a tempo, esse prazo foi prorrogado para 15 de setembro. É provável, portanto, que a ratificação, que em termos práticos nada representa para o País, seja adotada a partir do dia 20, quando o Clube de Paris se reunirá para examinar os casos de vários devedores.

Quando o ministro Bresser Pe-

reira insiste na possibilidade de um acordo com o FMI, depois de um acerto com os banqueiros, ou pelo menos de um início de negociações, ele está apenas atendendo as condições impostas pelo Clube de Paris para renegociar dos débitos vencidos no segundo semestre. Se o acordo com o FMI não sair este ano, nem muito menos o ajuste com os bancos privados, haverá uma inevitável deterioração das relações entre Brasil e seus credores oficiais.

FRIEZA

Os técnicos do governo que trabalham nas negociações da dívida externa são reticentes quando se menciona a possibilidade de ser dado um encaminhamento positivo à questão do acordo com o Clube de Paris, a partir da conversa que o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, manteve na terça-feira com o ministro Bresser Pereira, 24 horas antes do veredito do FMI sobre o plano de ajuste da economia.

Eles dizem não saber exatamente **quais** os pontos específicos da agenda da conversa, cuja iniciativa coube ao secretário do Tesouro, mas admite que o problema dos débitos junto aos governos credores será um dos itens da pauta. O que não sabem antecipar é se haverá possibilidade de uma flexibilização da atitude norte-americana de frieza em relação aos interesses brasileiros junto ao Clube de Paris.

Essa mudança de atitude, de janeiro até aqui, é creditada a moratória unilateralmente decretada pelo País em 20 de fevereiro, poucas semanas após o acerto com o clube de Paris. A frieza tornou-se maior recentemente, quando a moratória, quanto ao pagamento do principal, também foi estendida aos governos credores, sob pretexto de que o País não dispunha de reservas para sustentar os pagamentos, precisamente no instante em que experimentava uma saudável recuperação do superávit comercial.